

Conselho-geral da CONFAP no Sabugal

Síntese

O Conselho-geral (CG) da CONFAP, constituído pelas Federações de Associações de Pais e Encarregados de Educação do País, reuniu no dia 12 de março de 2022, na escola secundária do Sabugal.

Debateu-se o Estado da Educação em Portugal e quais as expectativas para o presente e para um futuro próximo, considerando o período conturbado vivido durante a pandemia.

De referir que este Conselho-geral decorreu após o “I Encontro Concelhio de Pais no Sabugal”, onde se debateu a Educação no interior e os seus desafios para toda a comunidade, com a participação especial do professor José Fateixa, membro da estrutura de missão para a promoção do sucesso escolar. Um momento muito interessante que nos permitiu perceber melhor algumas das diferenças dentro do nosso país, e pensar sobre causas e consequências, inclusive para o MAP.

Na síntese do Conselho Geral que realizamos em Beja em 2015, escrevemos: *“Reafirmar a mais-valia da Educação Pública para todos e inclusiva como um processo que, na escola, identifica e procura a eliminação de barreiras à aprendizagem, garante a presença, participação e sucesso de todos os alunos e, em especial é dirigida às crianças e jovens para obviar o risco de marginalização e insucesso.”* Na altura não imaginávamos o que teríamos em 2020, mas sem dúvida que com a pandemia mais evidente ficou a oportunidade de tal afirmação.

Fez-se uma análise crítica e construtiva de todo o processo educativo na atual conjuntura e quanto ao impacte das correspondentes políticas na qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas e também sobre o envolvimento parental, muito particularmente o nosso Movimento Associativo.

Os trabalhos iniciaram-se lembrando a situação de guerra que se vive na Europa e com a manifestação de solidariedade ao povo ucraniano, reforçando o que as AP neste particular têm vindo a fazer conjuntamente com as suas comunidades.

Depois de um minuto de silêncio pelas vítimas desta guerra e muito particularmente das crianças, foi ainda prestada uma singela homenagem ao Dr. Rocha Andrade, ex-secretário de Estado das finanças, lembrando a nota de pesar da CONFAP por altura do seu falecimento. Foi um governante que teve a sensibilidade devida com as preocupações que a CONFAP lhe apresentou sobre a fiscalidade para as AP, e que proporcionou melhores condições na tributação das atividades desenvolvidas pelas AP.

Seguiu-se a partilha de informação sobre as atividades e representações da CONFAP no que se incluiu a nossa X Convenção e o histórico das nove anteriores.

Do tempo da pandemia, foi refletido:

- As desigualdades com o confinamento obrigatório, nomeadamente nas muitas situações em que os alunos ficaram sem aulas por opção das escolas. Esta situação foi alvo de intervenção da CONFAP junto das entidades para que fosse dada prioridade às aulas online em caso de confinamento. Diga-se a propósito, que se considera importante o incentivo ao

trabalho autónomo dos alunos, o que deve ser enquadrado num plano de trabalho devidamente orientado e com objetividade, e não só porque se entende ser a opção mais conveniente no caso de isolamento profilático.

- O impacto da pandemia não pode ser medido apenas em seis meses de não pandemia e é fundamental estabelecer um plano de monitorização e avaliação dos Planos de Recuperação das Aprendizagens, até porque, em alguns casos, subsistem dúvidas sobre se está realmente a ser utilizado na prática pedagógica das escolas. Lembrou-se o impacto da pandemia nos alunos do 1º ciclo, com diversas e complexas consequências, nomeadamente nos 12 anos de escolaridade obrigatória.
- A saúde mental e a vivência emocional, com alguns testemunhos de frustração, enquanto Pais, na ineficácia das respostas. Uma preocupação comungada por todos os presentes, com a premente necessidade de se reforçar a atividade física, livre e orientada, e ainda o reforço dos serviços de psicologia e sociais, nas escolas e com as famílias.
- Foi manifestada a perceção de uma ineficácia da aplicação das medidas de mitigação dos atrasos nas aprendizagens provocados pela pandemia, considerando que com a evolução da pandemia os alunos, na generalidade, revelam um desfasamento entre as aprendizagens esperadas e as reais, sendo esta uma perceção dos professores e educadores, o que certamente será prejudicial para esta geração de alunos e, conseqüentemente futuros profissionais.
- Uma solução sugerida foi a criação de um suplementar, durante dois anos letivos consecutivos, para mitigar este problema. Haveria mais tempo para corrigir as carências na aprendizagem de todos os alunos e não se comprometeria a sua qualidade desejável à saída da escolaridade obrigatória. Este ano adicional, implicaria alguma adaptação aos planos curriculares, reconhecendo que seria uma medida difícil de implementar, mas de eficácia mais promissora. Ficou a ideia que, não sendo consensual, aqui se reporta.
- Outra sugestão, mais simples, mas que não teria tanta eficácia, seria a de conjugar a plataforma de autoestudo, do tipo “Estudo em casa” com um sistema, também online, de identificação das carências nas aprendizagens, ditas essenciais. Esta seria uma sugestão aplicável a partir do 6º ano de escolaridade.
- Medidas mais sistemáticas, como cursos de verão, para as matérias essenciais, são ainda uma estratégia possível.

Em conclusão, é necessário identificar as aprendizagens essenciais e aferir o correspondente nível de conhecimento para definir e implementar instrumentos de melhoria, sendo mencionada a possibilidade de coadjuvação, mesmo que temporária. Manifestada também a esperança de que se tenha aprendido alguma coisa, se olhe em frente e implemente as medidas necessárias. Todos, crianças e adultos, estamos mais impacientes e angustiados, compete-nos perceber e aceitar as nossas limitações para nos unirmos no apoio mútuo das soluções.

Também foi reconhecido que a pandemia só veio evidenciar, nalguns casos agravar, particularmente aos mais vulneráveis, as más condições que já existiam e que nem sempre se queria ver e resolver.

Com o momento que se aproxima neste ano letivo, discutiu-se a avaliação externa, que tanto tem preocupado as famílias. Foi informado este Conselho do ofício que a CONFAP enviou ao ME, da conseqüente reunião havida exatamente nesta semana e do parecer que em conseqüência enviamos sobre as nossas preocupações e sugestões. Parecer que pode ser consultado no site da CONFAP (<https://confap.pt/geral/oficio-avaliacao-exames/>). Sobre esta matéria relembrar a posição da CONFAP sobre o acesso a ensino superior, questão que, há alguns anos, colocamos na agenda do debate educativo e que atualmente tem já várias instituições e individualidades a discutir, como por exemplo o CNE (ver as correspondentes).

O conselho geral debruçou-se ainda sobre o MAP e a representatividade parental nos vários órgãos das escolas e nas AP. Infelizmente nem todos os Pais percebem a importância de serem associados nas AP, da formação parental no acompanhamento da vida escolar dos filhos, nem da responsabilidade de representação e participação nos CT e nos CG das escolas, como nos CME. É um trabalho de formação e informação que temos vindo a desenvolver nos vários níveis de intervenção do nosso MAP, mas que será sempre inacabado, premente e pertinente na nossa ação de dirigentes experientes. Como disse um dos concelheiros, “parte de nós” ... acreditar e fazer acontecer. Continuaremos a persistir e a progredir na melhoria das condições para aproximar a Família da Escola, com o contributo inestimável que o MAP tem dado para esta aproximação e na consciencialização parental para a responsabilidade de se acompanhar a vida escolar dos filhos.

Após a informação sobre a próxima AG da CONFAP que será eleitoral e sobre as últimas alterações do nosso site, terminamos este Conselho-geral com a confiança no futuro do nosso MAP que sempre deu provas de resiliência, capacidade e dignidade de intervenção abnegada.

CONFAP

30 de março de 2022

*Deixo-vos com uma transcrição de Sampaio da Nóvoa que me parece pertinente nesta nossa reflexão:
“Uma sociedade que se diz do conhecimento tem de criar redes e instituições que, para além da escola, se ocupem da formação, da cultura, da ciência, da arte, do desporto. Estou a pensar no que tenho designado por espaço público da educação, um espaço que integra a escola como um dos seus polos principais, mas que é ocupado por uma diversidade de outras instâncias familiares e sociais.”*